

Direitos reprodutivos

AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena (Coord.). Direitos reprodutivos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991. Concurso de pesquisa sobre direitos reprodutivos – PRODIR, 186 p.

Reunindo, sob a coordenação de Sandra Azeredo e Verena Stolcke, as palestras proferidas no primeiro seminário do PRODIR – Programa de Treinamento e Pesquisa em Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe – realizado em São Paulo, em dezembro de 1990, a Fundação Carlos Chagas lançou no ano passado uma bela coletânea de textos sobre Direitos reprodutivos.

Na introdução, Azeredo e Stolcke destacam a importância do PRODIR, enquanto forma alternativa de enfrentar o desafio que as questões populacionais colocam neste fim de século, salientando que "por direitos reprodutivos se entendem os direitos das mulheres de regular sua própria sexualidade e capacidade produtiva, bem como de exigir que os homens assumam responsabilidade pelas conseqüências do exercício de sua própria sexualidade". Colocando em termos de satisfação de desejos – e não de necessidades – a vivência da sexualidade, o que implica que homens e mulheres compartilhem responsabilidades, as autoras identificam na distribuição desigual de recursos e do poder a razão de visões de mundo tão diferentes em relação ao comportamento reprodutivo. Além de explicarem os objetivos do PRODIR, que vem sendo financiado pelo Programa de População da Fundação MacArthur, elas apontam a novidade do intercâmbio de experiências que ele promove no âmbito da América Latina, intercâmbio esse bastante proveitoso para aprimorar o treinamento em pesquisa.

Com artigos em português e espanhol, Direitos reprodutivos oferece a leitura de textos de grande interesse, como o de Teresita de Barbieri "Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica", que assinala o aporte da perspectiva de gênero para a análise de sistemas e processos sociais variados; o de Mabel Bianco sobre "Aspectos generales del diseño de una investigación", onde os passos metodológicos necessários à elaboração de um projeto de pesquisa são analisados em detalhe; e de Elza Berquó, intitulado "O crescimento da população da América Latina e mudanças na fecundidade",

são comparados dados estatísticos demográficos para vários países do continente e discutidas as intenções reprodutivas das mulheres.

Uma segunda comunicação de Mabel Bianco, em torno do tema "Medicalización y reproducción humana", discute o intervencionismo excessivo da tecnologia e suas aplicações por parte do poder médico. Mais três artigos das duas coordenadoras compõem a publicação, sendo um de Azeredo e dois de Stolcke. Em "A questão racial na pesquisa", aquela aborda as contribuições de autores, sobretudo nacionais e americanos, para o esclarecimento da discussão sobre o conceito de raça e de aquisição da cor da pele. Stolcke, por sua vez, volta à discussão dos "Derechos reproductivos" e aprofunda questões metodológicas, em "La investigación con datos cualitativos". No primeiro, ela retoma o debate sobre as novas tecnologias reprodutivas, situando-o no confronto Norte/Sul, através de uma exposição histórica sobre a construção desta questão. No segundo, reflete sobre as dificuldades de se trabalharem dados qualitativos e quantitativos, em razão, sobretudo, dos aspectos extremamente contraditórios das vidas de pesquisadoras e entrevistadas.

Instigantes são também os debates que se sucederam após algumas das intervenções e que foram preciosamente retratados no livro, contribuindo para fazer de Direitos reprodutivos uma referência obrigatória para quem se interessa por um tema tão atual e polêmico como o do crescimento demográfico. □

Un savoir à notre image? Critiques féministes des disciplines

MURA, Roberta (org.). Un savoir à notre image? Montréal: Adage, v. 1, 1991, 296 p.

Uma bela coletânea de textos, que teve como origem o seminário Crítica Feminista dos Saberes, organizado pelo GREMF (Grupo de Pesquisa Multidisciplinar Feminista) da Universidade Laval, no Québec (Canadá), entre 1986 e 1988, interroga, com competência e criatividade, diferentes campos do conhecimento. Seu título: Un Savoir à Notre Image?

Como menciona Mura na introdução, o objetivo das autoras não era propriamente denunciar ou explicar a ausência relativa das mulheres nos

espaços tradicionais de produção do saber, mas descobrir os traços que aí permanecem da ideologia patriarcal. "Traços que podem ser percebidos nos conceitos (algumas diriam até no conceito mesmo de 'conceito'...), na escolha das questões, nos métodos, na linguagem, na interpretação dos resultados e na sua utilização." A pergunta, então, que se coloca, é saber se foi possível ou não produzir, nestes últimos anos, um saber feminista ou, pelo menos, não sexista. Pergunta que, desde logo, suscita outras indagações não menos inquietantes: um conhecimento, 'neutro' é possível e até mesmo desejável? Ou deveriam as feministas buscar constituir um saber ginecocêntrico, complementar ao saber tradicional?

Para responder a essas perguntas, um sumário com dezesseis artigos foi organizado. Dentre os mais distintos campos de conhecimento questionados, alguns já têm sido objeto de investigação mais frequente pelo pensamento crítico feminista, tais como a literatura (Lapointe) e a crítica literária (Saint Martin), a ciência política (De Sève e Lamoureux), a história (Angers e Piette), o serviço social (Martin), a economia (Pujol) e as ciências psi: psicologia (Eisner-Favreau), psicoterapia (St-Onge) e psicanálise (Lasvergnas). Outros, que pareciam, até há pouco, escapar ao crivo da reflexão sobre as relações sociais de gênero, são finalmente invadidos e auscultados. É o caso da biologia (Dumais e Messing), música (Lamb), ciências puras (Mura), direito (Robinson), teologia (Gratton Boucher), moral (Roy Bureau), arquitetura (Piché).

Por entre preconceitos abalados e riscos assumidos, comunalidades e diferenças no processo de produção de um conhecimento não-sexista, parece evidente, ao menos, que o androcêntrismo próprio à cultura vem-se erodindo, embora teoria, prática e método estejam por exigir ainda um grande e original esforço de criação do pensamento feminista.

A antologia será em breve concluída com o lançamento do segundo volume, contendo artigos de outras autoras e disciplinas. □

Tributo às mulheres trabalhadoras no campo

Revista da Associação Brasileira de
Reforma Agrária (ABRA). v. 21, nº 02,
mai/ago 1991.

Numa homenagem às mulheres do campo, que nos últimos anos vêm-se destacando no cenário nacional pela sua imensa capacidade de mobilização e intervenção política, a Revista da

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) dedicou um de seus números às trabalhadoras e produtoras rurais.

No editorial, intitulado "Um caminho sem volta", Sonia Novaes e Maria Orlândina Pinassi lembram as imensas dificuldades que marcam a superexploração do trabalho da mulher rural, mas reconhecem que, mais que os obstáculos, são as conquistas que têm orientado suas vidas. É esse o tom do artigo de Lena Lavinias que descreve em "Produtoras Rurais: a novidade dos anos 90" os esforços que setores mais organizados, ligados ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais e a centrais sindicais, como a CUT, vêm desenvolvendo para criar e tornar legítimo e legal o estatuto da produtora rural. Wilson Gomes de Almeida constata, em outro texto, que, muito embora fóruns internacionais como *El Trabajo en el Mundo*, organizado em 1984 pela OIT, o Programa de Copenhague, aprovado em 1980 pelas Nações Unidas, ou ainda a Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em 1989, tenham enfatizado a necessidade de reconhecimento e valorização da condição feminina, o Estado brasileiro pouco tem feito nesta direção, sobretudo em se tratando das mulheres trabalhadoras.

Artigos variados analisam a realidade das mulheres em assentamentos rurais no estado de São Paulo (Moraes Silva et alii), o processo de aprendizagem a que estão submetidas as cortadoras de cana no trabalho assalariado e suas formas de transgressão (Noronha), a organização das mulheres no município de Afuá, no Pará, e suas relações com o conjunto da sociedade a partir da conquista de uma identidade de gênero (Gallazzi), a participação das mulheres nos projetos internacionais de desenvolvimento agrícola, como o FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, (Peña-Montenegro), o trabalho do menor no meio rural, como 'aprendiz' ou 'clandestino' (D'Alencar), as formas de trabalho e escolarização das crianças em assentamentos paulistas (Antuniassi e Oliveira Andrade) e a dimensão dramática da violência perpetrada no campo contra mulheres e crianças, que se manifesta através do trabalho escravo, da prostituição infanto-juvenil, dos conflitos de terra (Pinassi).

Um número temático que foi muito aguardado e que não deixa dúvidas sobre a imprescindibilidade de se incorporar definitivamente a questão de gênero à reflexão crítica sobre os rumos da Reforma Agrária e da agricultura brasileiras. □





1º Congresso Feminino Brasileiro. Ao centro, a líder norte-americana Carrie Chapman Catt ao lado de Berta Lutz (de branco). Rio de Janeiro, 1922. Foto-acervo Arquivo Nacional..